50º RELATÓRIO ANUAL

ADMINISTRAÇÃO 2018

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO TELEFÔNICA-COOPERTEL

Diretoria Executiva

MARIA APARECIDA PEREIRA
Diretora Presidente

NATALINO HOFER JUNIOR
Diretor Tesoureiro

VALDECI PEREIRA DE SOUZA
Diretor Secretário

JOSE EMILIO JESUS C. H. T. VIDAL
Diretor Adjunto

SERGIO APARECIDO BALBUGLIO
Diretor Adjunto

Conselho Fiscal

RONALDO BECHELLI
Conselheiro Efetivo - Coordenador

GILSON FONTES SANTOS
Conselheiro Efetivo

ELISA APARECIDA CILIBERTI DE OLIVEIRA
Conselheira Efetiva

JOÃO GOMES DOS SANTOS
Conselheiro Suplente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as o relatório da administração e as demonstrações contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - COOPERTEL, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 07 de Julho de 2018, a COOPERTEL completou 49 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os associados. A atuação junto aos seus associados se dá principalmente por meio da capitalização, concessão de empréstimos, convênios educativos e da compra cooperada.

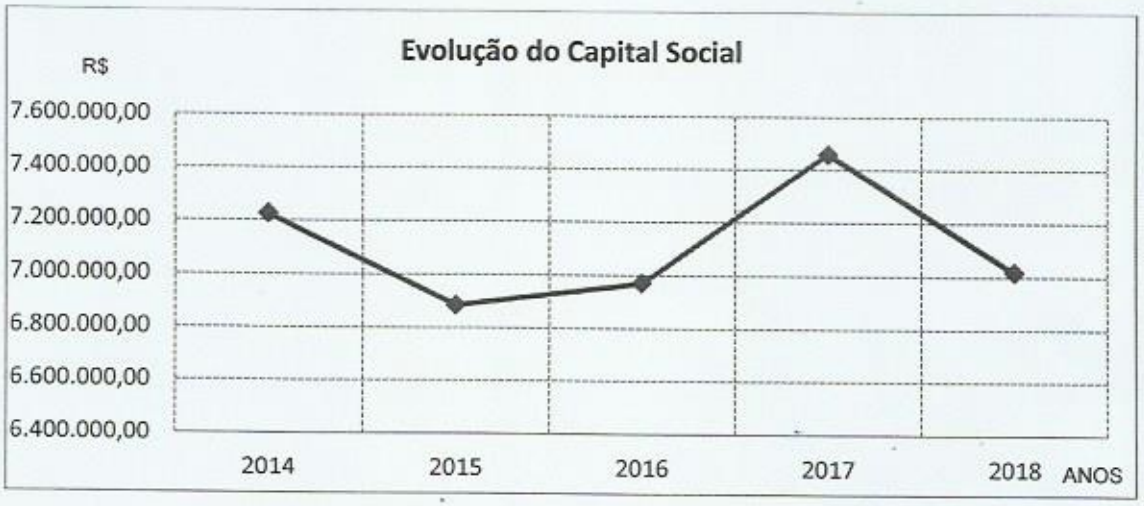
QUADRO SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2018, o número de colaboradores das empresas do grupo Telefônica, são de 33.932, sendo de 1.904 o número de associados, correspondendo a 5,61% do total da empresa.



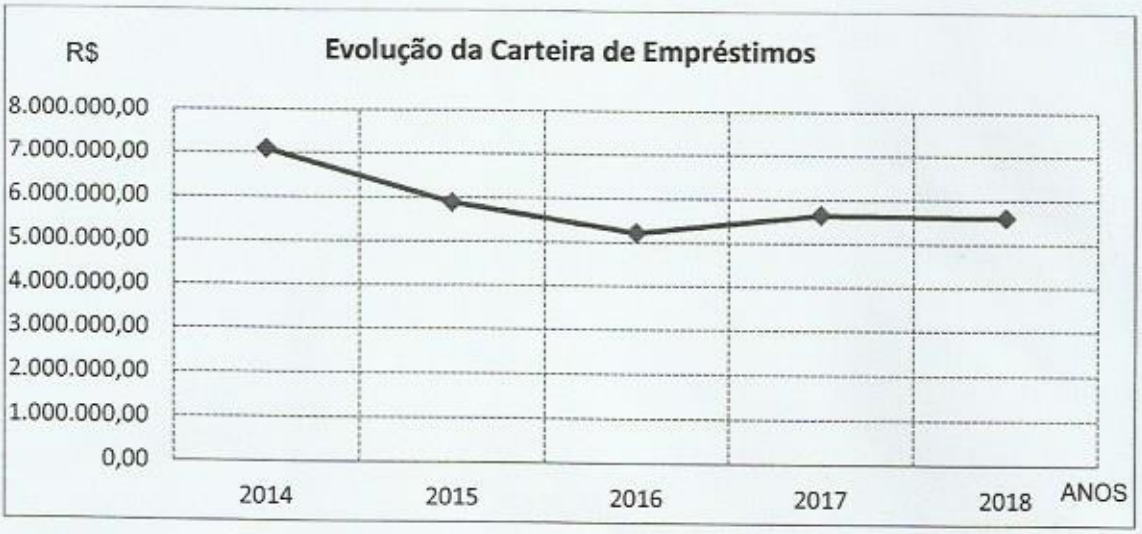
CAPITAL SOCIAL

O capital integralizado até 31 de Dezembro de 2018 foi de R$ 7.016.963,74, correspondendo a um decréscimo de 5,91% em relação à 31/12/2017, em razão do crédito de juros em espécie.



EMPRÉSTIMOS

Foram atendidos 1.125 pedidos de empréstimos em 2018, representando o valor médio de R$ 4.986,57 por empréstimo, que correspondeu a 3,73% de diminuição no valor médio em relação ao ano de 2017.





2. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Cooperativa de todas as consultas, análise do risco do associado e de suas operações, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPERTEL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 96,21% nos níveis de "A" a "C".

3. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a Administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, representados por delegados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe a Diretoria Executiva as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP.

Os balanços da Cooperativa são monitorados mensalmente pelo Sicoob Central Cecresp, através do SMR (Sistema de Monitoramento de Riscos) que emite relatórios, levados ao conhecimento da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

4. Conselho Fiscal

Eleito na AGO, com mandato de três anos. O Conselho Fiscal tem a função de fiscalizar e complementar atos da Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da Administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais, balanço patrimonial anual, demonstrações contábeis, etc.

5. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe COOPERTEL aderiram ao código de ética e de conduta profissional, proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos colaboradores, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

6. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor centralizado no Sicoob Confederação. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas, e atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a ouvidoria da COOPERTEL não registrou demandas de seus cooperados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança, aos colaboradores pela dedicação e a parceria das Empresas do Grupo Telefônica.

São Paulo, 15 de Março de 2019.

Diretoria Executiva

ANEXOS

PG.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....09

NOTAS EXPLICATIVAS.....13

AUDITORIA COOPERATIVA.....27

PARECER DO CONSELHO FISCAL.....28

DESTINAÇÃO DAS SOBRAS LÍQUIDAS.....29

EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....30

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2018
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel
CNPJ/MF nº 57.598.120/0001-50

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	**NOTAS**	**4.439.292**	**5.575.076**
Disponibilidade	2.c	2.799	9.566
Título e Valores Mobiliários	3	1.370.698	1.840.609
Operações de Crédito	4	2.622.195	3.246.052
Outros Créditos	5	443.601	478.849
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		4.439.292	5.575.076
NÃO CIRCULANTE			
Operações de Crédito	4	2.345.965	1.781.910
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.345.965	1.781.910
PERMANENTE			
Investimentos	6	590.146	542.250
Imobilizado de Uso	7	142.836	160.570
Intangível	8	201	342
TOTAL DO PERMANENTE		733.182	703.162
TOTAL DO ATIVO		**7.518.439**	**8.060.148**

PASSIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	**NOTA**	**391.999**	**465.008**
Obrigações Sociais e Estatutárias	9.1	216.362	272.730
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	9.2	32.680	32.103
Outras Obrigações	9.3	142.957	160.175
TOTAL DO PASSIVO CIRULANTE		391.999	465.008
NÃO CIRCULANTE			0
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	11.a	7.016.964	7.457.926
RESERVAS DE SOBRAS	11.b	67.845	62.947
Sobra ou Perdas de Exercício	11.d	41.631	74.267
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.126.440	7.595.140
TOTAL DO PASSIVO		**7.518.439**	**8.060.148**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel
CNPJ/MF nº 57.598.120/0001-50

Descrição das contas		30/06/2018	31/12/2018	31/12/2017
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**935.213**	**1.877.257**	**1.982.208**
Operações de Crédito		887.966	1.773.887	1.812.047
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		47.247	103.370	170.161
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(100.542)**	**(139.680)**	**(91.458)**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(100.542)	(139.680)	(91.458)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**834.671**	**1.737.578**	**1.890.750**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(988.568)**	**(1.653.824)**	**(1.769.965)**
Dispêndios e Despesas de Pessoal		(479.449)	(933.755)	(957.494)
Despesas de Pessoal - Beneficios		(92.036)	(178.541)	(167.810)
Despesas de Pessoal - Enc. Sociais		(113.662)	(223.707)	(220.637)
Despesas de Pessoal-Proventos		(245.069)	(474.949)	(515.163)
Despesas de Honorarios		(28.683)	(56.558)	(53.883)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas		(228.040)	(431.638)	(390.763)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(6.307)	(16.277)	(14.792)
DESPESAS CONTRIBUICOES AO COFINS		(498)	(1.303)	(1.565)
Despesas Tributárias		(3.238)	(9.920)	(8.272)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		54	453	83
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	(Nota 13)	34.726	46.469	48.168
Reversao de Provisoes Operacionais		65.832	118.519	165.350
Recup. Cred. Baixados como Prejuizo		37.933	77.926	115.397
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(Nota 15)	(309.553)	(319.076)	(455.167)
Desp. de Contrib. ao PIS/PASEP		(2.571)	(5.055)	(4.955)
Despesas amortização/ depreciação		(8.803)	(17.875)	(17.919)
Despesas de Amortizacao		(71)	(141)	(365)
Despesas de Depreciacao		(8.732)	(17.734)	(17.554)
RESULTADO OPERACIONAL		**(153.897)**	**83.754**	**120.785**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**12.456**	**32.571**	**39.128**
RECEITAS NAO OPERACIONAIS		12.456	32.571	39.128
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**(141.441)**	**116.325**	**159.913**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.801)	(9.938)	(11.939)
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS		(18.186)	(36.290)	(35.231)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		**(163.427)**	**70.097**	**112.743**
FATES			(23.567)	(29.739)
Reserva Legal			(4.898)	(8.737)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		**(163.427)**	**41.631**	**74.267**
JUROS AO CAPITAL		(300.030)	(300.030)	(436.065)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel
CNPJ/MF nº 57.598.120/0001-50

	Capital Subscrito	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2016	**6.971.077**	**54.210**	**125.391**	**7.150.678**
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Ao FATES			(125.391)	(125.391)
Integralização/Subiscrição de capital	862.807			862.807
(-) Devolução de Capital	(811.744)			(811.744)
Integralização de Juros ao Capital	436.065			436.065
IRRF sobre Juros ao Capital	(279)		(436.065)	(279)
Sobras ou Perdas Líquidas			548.808	548.808
FATES - Atos Não Cooperativos			(25.370)	(25.370)
Destinação das Sobras ou Perdas:				-
Fundo de Reserva		8.737	(8.737)	-
F A T E S - Ato Cooperativo			(4.369)	(4.369)
Saldos em 31/12/2017	**7.457.926**	**62.947**	**74.267**	**7.595.140**
Mutações do Período	**486.849**	**8.737**	**(51.124)**	**444.462**
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Ao FATES			(74.267)	(74.267)
Integralização/Subiscrição de capital	859.159			859.159
(-) Devolução de Capital	(1.600.146)			(1.600.146)
Integralização de Juros ao Capital	300.030		(300.030)	300.030
IRRF sobre Juros ao Capital	(6)			(6)
Sobras ou Perdas Líquidas			370.127	370.127
FATES - Atos Não Cooperativos			(21.118)	(21.118)
Destinação das Sobras ou Perdas:				-
Fundo de Reserva		4.898	(4.898)	-
F A T E S - Ato Cooperativo			(2.449)	(2.449)
Saldos em 30/06/2018	**7.016.964**	**67.845**	**41.631**	**7.126.440**
Mutações do Período	**6.530.115**	**59.108**	**92.755**	**6.681.978**
Saldos em 30/06/2018	**6.668.060**	**62.947**	**233.524**	**6.964.531**
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Integralização/Subiscrição de capital	419.213			419.213
(-) Devolução de Capital	(370.334)			(370.334)
Integralização de Juros ao Capital	300.030		(300.030)	300.030
IRRF sobre Juros ao Capital	(6)			(6)
Sobras ou Perdas Líquidas			136.603	136.603
FATES - Atos Não Cooperativos			(21.118)	(21.118)
Destinação das Sobras ou Perdas:				-
Fundo de Reserva		4.898	(4.898)	-
F A T E S - Ato Cooperativo			(2.449)	(2.449)
Saldos em 31/12/2018	**7.016.964**	**67.845**	**41.631**	**7.126.440**
Mutações do Período	**348.904**	**4.898**	**(191.893)**	**161.909**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel
CNPJ/MF nº 57.598.120/0001-50

	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	158.589	416.355	595.978
IRPJ / CSLL	(3.801)	(9.938)	(11.939)
Participação dos Funcionários nas Sobras	(18.186)	(36.290)	(35.231)
Provisão para Operações de Crédito	59.359	64.336	(48.623)
Provisão de Juros ao Capital	(300.030)	(300.030)	(436.065)
Depreciações e Amortizações	8.803	17.875	17.919
	(95.266)	152.308	82.039
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Títulos e Valores Mobiliários	(54.230)	469.911	(454.870)
Operações de Crédito	(162.633)	(4.534)	16.873
Outros Créditos	79.083	35.248	(43.110)
Outros Valores e Bens	4.201	-	-
Outras Obrigações	(71.244)	(73.008)	131.943
	(204.822)	427.617	(349.163)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	(300.088)	579.925	(267.123)
Fluxo de Caixa das Aitividades de Invesimentos			
Aportes de capital e Investimento (-)	(34.726)	(47.896)	(48.168)
Aquisicação de Imobilizações de Uso (-)	-	-	(12.840)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(34.726)	(47.896)	(61.008)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financimanento			
Aumento por novos aportes de Capital	419.213	859.159	862.807
Devolução de Capital à Cooperados	(370.334)	(1.600.146)	(811.744)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		(74.267)	(125.391)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(21.118)	(21.118)	(25.370)
FATES Sobras Exercício	(2.449)	(2.449)	(4.369)
Subscrição do Juros ao Capital	300.030	300.030	436.065
IRRF sobre Juros ao Capital	(6)	(6)	(279)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	325.336	(538.797)	331.719
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(9.478)**	**(6.767)**	**3.588**
No início do período	12.277	9.566	5.978
No fim do período	2.799	2.799	9.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO TELEFÔNICA - COOPERTEL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 07/07/1969, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CECRESP – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, em sua reunião datada de 30/01/2019.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e

Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº1.376/2011.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	2.799	9.566
Títulos e valores mobiliários – renda fixa	1.370.698	1.840.609
TOTAL	**1.373.497**	**1.850.175**

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas

a valor presente, calculadas *"pro rata temporis"*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores há 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31/12/2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subseqüentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subseqüente para as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2018.

3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31/12/2018** e **31/12/2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa	1.370.698	1.840.609
TOTAL	**1.370.698**	**1.840.609**

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL CECRESP**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto a Central Cecresp.

4. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	2.698.273	2.414.029	**5.112.302**	**5.107.768**
(-) Prov. p/ Oper. Cred. Liq. Duvidosa	(76.079)	(68.064)	**(144.143)**	**(79.806)**
TOTAL	**2.622.194**	**2.345.965**	**4.968.159**	**5.027.962**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo 2018	Provisões 2018	Empréstimo 2017	Provisões 2017
AA	-	Normal	0	0	0	0
A	0,5%	Normal	4.841.743	(24.209)	4.915.759	(24.578)
B	1%	Normal	51.108	(511)	64.205	(643)
C	3%	Normal	21.696	(651)	19.445	(583)
C	3%	Vencidas	26.730	(802)	10.276	(308)
D	10%	Normal	6.704	(670)	14.552	(1.456)
D	10%	Vencidas	16.260	(1.626)	22.674	(2.267)
E	30%	Normal	3.644	(1.093)	0	(0)
E	30%	Vencidas	28.290	(8.487)	1.744	(523)
F	50%	Vencidas	10.422	(5.211)	14.884	(7.442)
G	70%	Vencidas	16.076	(11.254)	7.410	(5.187)
H	100%	Vencidas	89.629	(89.629)	36.819	(36.819)
Total Normal			4.924.895	(27.134)	5.013.961	(27.260)
Total Vencidos			187.407	(117.009)	93.807	(52.546)
Total Geral			5.112.302	(144.143)	5.107.768	(79.806)
Provisões			(144.143)	(144.143)	(79.806)	(79.806)
Total Líquido			**4.968.159**		**5.027.962**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	902.389	1.795.884	2.414.029	**5.112.302**
TOTAL	**902.389**	**1.795.884**	**2.414.029**	**5.112.302**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo / Financiamento	31/12/2018	% da Carteira
Pessoa Física	5.112.302	5.112.302	**100%**
TOTAL	**5.112.302**	**5.112.302**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(79.807)	(128.430)
Constituições	(64.336)	48.623
TOTAL	(144.143)	(79.807)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	43.337	0,84%	43.186	0,84%
10 Maiores Devedores	353.596	6,92%	372.678	7,29%
50 Maiores Devedores	1.189.351	23,26%	1.195.039	23,39%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	849.043	815.637
Valor das operações transferidas no período	84.025	148.803
Valor das operações recuperadas no período	(77.926)	(115.397)
TOTAL	855.142	849.043

5. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos e antecipações salariais	21.602	758
Títulos e Créditos a Receber	404.765	442.069
Devedores Diversos	19.257	38.296
(-) Provisões Para Outros Créditos	(2.024)	(2.274)
TOTAL	443.600	478.849

6. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	578.640	532.172
Ações e Cotas Banco Cooperativo do Brasil S.A.BANCOOB	11.506	10.078
TOTAL	590.146	542.250

7. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Edificações	367.398	367.398	4%
Móveis e equipamentos de Uso	73.618	74.486	10%
Sistema de Comunicação	3.382	3.382	10%
Sistema de Processamento de Dados	28.454	28.454	20%
Sistema de segurança	700	700	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	(330.716)	(313.851)	
TOTAL	142.836	160.569	

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente.

8. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativos intangíveis antes 1º Out/2013	128.280	128.280
Ativos intangíveis após 1º Out/2013	707	707
(-) Amortização acumulada	(128.787)	(128.645)
TOTAL	200	342

Os valores registrados na rubrica "Intangível", refere-se a taxa de licenciamento e instalação de software na Central, adquirida em maio de 2015, referente a portabilidade eletrônica de crédito da empresa terceirizada JD Consultores e as benfeitorias realizadas nas propriedades de

terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição,(transferência Diferido) antes 1º Outubro/2013, respectivamente.

9. Outras Obrigações

9.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado De Atos Com Associados - FATES	96.146	178.238
Resultado De Atos Com Não Associados – FATES	40.776	42.648
Cotas De Capital A Pagar (b)	43.150	16.612
Outras Obrigações (c)	36.290	35.231
TOTAL	**216.362**	**272.729**

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

(c) Refere-se a participações nas sobras dos colaboradores da Cooperativa.

9.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos E Contribuições à recolher s/ salários	32.674	30.729
IRRF sobre juros ao capital	5	279
IRRF, CSSL, PIS e COFINS	0	1.094
TOTAL	32.679	32.102

9.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Pagamentos a Efetuar	125.961	132.555
Credores Diversos – Pais	15.334	25.036
Cobrança Arrec. Tributos – IOF	1.662	2.583
TOTAL	**142.957**	**160.174**

10. Instrumentos financeiros

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel opera com, operações de crédito.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

11. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes, representado por delegados seccionais.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	7.016.964	7.457.926
Associados	1.904	1.976

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Reserva Legal 2018 no valor de R$ 67.845

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembléia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 13 de Abril de 2018, os delegados deliberaram pela incorporação no Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES o valor das sobras do exercício findo em 31/12/2017, no valor de R$ 74.267,00.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra Bruta do Exercício	70.096	112.743
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(21.118)	(25.370)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	48.978	87.372
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(4.898)	(8.737)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(2.449)	(4.368)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	**41.631**	**74.267**

12. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2º semestre 2018	2018	2017
Resultado operacional	12.456	32.571	39.128
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(4.380)	(11.453)	(13.758)

Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	8.076	21.118	25.370

13. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º semestre 2018	2018	2017
Outras Rendas Operacionais – Cap. Cecresp	34.726	46.469	48.168
TOTAL	34.726	46.469	48.168

14. Outros dispêndios/despesas administrativas

Descrição	2º semestre 2018	2018	2017
Despesas de água, energia e gás	1.159	2.292	2.158
Despesas de comunicações	7.763	14.306	10.663
Despesas de manutenção e conservação de bens	19.669	37.310	37.931
Despesas de material	919	2.248	1.659
Despesas de processamento de dados	1.843	3.601	3.320
Despesas de promoções e relações públicas	6.179	6.179	4.181
Despesas de seguros	984	1.923	1.758
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.071	2.581	2.049
Despesas de serviços de terceiros	1.502	2.256	1.633
Despesas de serviços técnicos especializados	26.147	49.711	71.193
Despesas de transporte	4.249	7.899	7.354
Outras despesas administrativas	147.751	283.457	228.944
Despesas de amortização	71	141	366
Despesas de depreciação	8.732	17.734	17.554
Total	**228.039**	**431.638**	**390.763**

15. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2º semestre 2018	2018	2017
Despesas de juros ao capital	300.030	300.030	436.065
Despesas descontos concedidos empréstimos	0	0	56
Despesas carteira emprést. (rendas apropriar)	9.523	19.046	19.046
Total	**309.553**	**319.076**	**455.167**

16. Resultado não operacional

Descrição	2º semestre 2018	2018	2017
Outras Receitas Não Operacionais	12.456	32.571	39.128
Resultado Líquido	**12.456**	**32.571**	**39.128**

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: para as operações consignadas, a garantia é a própria consignação.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	**Valores**	**% em Relação à Carteira Total**	**Provisão de Risco**
Saldo das operações ativas	13.048	0,2%	(65)
TOTAL	13.048	0,2%	(65)
Montante das Operações Passivas			
Saldo das operações passivas	97.917	1,4%	-
TOTAL	97.917	1,4%	-

Operações ativas e passivas – saldo em **2018:**

Natureza da Operação de Crédito	**Valor da Operação de Crédito**	**PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)**	**% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total**
Empréstimo	13.048	(65)	0,2%
Capitalização	97.917	-	1,4%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	**Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas**	**Taxa Aprovada pela Diretoria Executiva**
Empréstimos	1,35%	1,35%

No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, encargos sociais e custeio parcial de plano de previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R$)	
Honorários	56.558
Encargos Sociais	11.312
Plano de Previdência Privada	24.480
TOTAL	92.350

No decorrer do exercício não houve aquisições, por partes relacionadas, de bens recebidos pela singular em dação de pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

18. Cooperativa Central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do **SICOOB CENTRAL CECRESP**, em 31/12/2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 08/03/2019, com opinião sem modificação.

19. Gerenciamento de Risco

19. 1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

19.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda., desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

19.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no Sicoob Confederação (SICOOB), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sitio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das Cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

19.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está

exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica - Coopertel aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sitio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo continuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

(a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;

(b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e

(c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

20. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Limite de Compatibilização PR	6.560.084	7.584.788

SÃO PAULO-SP, 31 de dezembro de 2018.

MARIA APARECIDA PEREIRA
Diretora Presidente

NATALINO HOFER JUNIOR
Diretor Tesoureiro

SUZANE AP. DE OLIVEIRA CORRÊA
Contador - CRC: 1SP224152/O-7

São Paulo-SP, 24 de outubro de 2018.

Ao Presidente da Diretoria Executiva da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica – COOPERTEL

Prezado Senhor,

Fomos contratados pela Cooperativa Central a qual essa Cooperativa Singular é filiada, para realização da atividade de auditoria cooperativa no exercício de 2018. Nossos trabalhos de auditoria cooperativa nessa singular foram realizados no período de 10/09 à 05/10/2018 e teve como data-base 31/07/2018.

Nosso escopo de auditoria toma por base as orientações contidas nos normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, em especial os requisitos definidos na Circular BACEN nº 3.799/2016 e na Resolução CMN nº 4.454/2015, e sua aplicação considerou o porte, as características e complexidades das operações, a avaliação preliminar dos riscos e da situação econômico-financeira da cooperativa e o resultado das auditorias anteriores, sendo os trabalhos de auditoria realizados mediante observações, indagações e testes com base em amostragem.

Como resultado da aplicação dos nossos procedimentos de auditoria, registramos no presente relatório os apontamentos de auditoria e as respectivas recomendações. Nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução dos trabalhos de auditoria cooperativa, que foram concluídos na data indicada acima. Não efetuamos nenhum procedimento de auditoria posteriormente à referida data, bem como não foram consideradas eventuais modificações porventura ocorridas após aquela data.

Alinhado com as melhores práticas de governança cooperativa, que proporcionam maior ênfase no aperfeiçoamento dos controles internos, recomendamos que o presente relatório seja formalmente discutido em reuniões da diretoria executiva e disponibilizado de forma tempestiva ao Conselho Fiscal.

O presente relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da administração da cooperativa e de outras pessoas por ela autorizadas, e não foi preparado para ser utilizado por terceiros fora da cooperativa. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações errôneas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações dos exames, desenvolvidos de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil.

Conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 11º da Resolução CMN nº 4.454/2015, o presente relatório deve permanecer à disposição da confederação e do Banco Central do Brasil pelo período mínimo de cinco anos contados a partir do período de referência.

Atenciosamente,

Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC

Ronaldo Reimberg Lima
Gerente de Auditoria

Sófocles Barbosa de Oliveira
Supervisor de Auditoria

© 2018 Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - Cnac

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica, abaixo assinados e no uso de suas atribuições estatutárias, tendo examinado o Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 2018, bem como a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas apresentadas pela Diretoria Executiva nesta data, declaram ter encontrado tudo em perfeita ordem e escriturado com precisão e clareza, pelo que são de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 18 de Janeiro de 2019.

Ronaldo Bechelli
Conselheiro Efetivo - Coordenador

Elisa Aparecida Ciliberti de Oliveira
Conselheira Efetiva

Gilson Fontes Santos
Conselheiro Efetivo

DESTINAÇÃO DAS SOBRAS LÍQUIDAS

Apresentamos para deliberação dos presentes, a forma de distribuição da Sobra Líquida do Exercício de 2018, no valor de R$ 41.631,37 (Quarenta e um mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e sete centavos).

1. **Incorporação no Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES e/ou;**

2. **Incorporação no Fundo de Reserva Legal e/ou;**

3. **Incorporação no Capital Social na forma de integralização, proporcional às operações realizadas por associado, em 31/12/2018.**

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO TELEFÔNICA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretora Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Telefônica, inscrita no CNPJ nº 57.598.120/0001-50 e NIRE nº 35400010592, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os 24 (vinte e quatro) delegados, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, que serão realizadas na sede da cooperativa na Avenida Paulista, nº 352, 2º andar cj. 21, Paraíso, São Paulo/SP, CEP. 01310-000, no dia 15 de Março de 2019, obedecendo aos seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o estatuto social: 1) em primeira convocação: às 17h00, com a presença de 2/3 do número total de delegados; 2) em segunda convocação: às 18h00 no mesmo dia e local, com a presença da metade mais 1 (um) do número total de delegados; 3) em terceira e última convocação: às 19h00 no mesmo dia e local, com a presença mínima de 10 (dez) delegados em condições de votar; para deliberar sobre os seguintes assuntos:

EXTRAORDINÁRIA:

1. Reforma parcial do Estatuto Social, destacando:
   a) Inclusão do parágrafo único no artigo 65;

ORDINÁRIA:

1. Prestação de Contas do 1º e 2º Semestre do Exercício Social de 2018, compreendendo: Relatório da Diretoria Executiva, Demonstrativo de Sobras ou Perdas, Parecer do Conselho Fiscal;
2. Destinação de Sobras Líquidas do Exercício;
3. Eleição dos membros da Diretoria Executiva;
4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
5. Fixação do valor da remuneração global dos membros da Diretoria Executiva;
6. Comunicados de interesse geral (sem deliberação).

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2019.

Maria Ap. Pereira

Maria Aparecida Pereira
Diretora Presidente

Nota: Conforme determina a Resolução CMN 4434/15, em seu art. 46, as demonstrações contábeis do exercício de 2018 estão à disposição dos associados na sede e no site (www.coopertel.org.br), da cooperativa.